



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL-RIO-GRANDENSE
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

ANEXO VI – TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Este anexo integra o Edital Nº 024/2010, que disciplina o Concurso Público destinado ao provimento de cargos Técnico-Administrativos, sob o regime instituído pela Lei 8112/1990, com lotação e exercício no Campus Passo Fundo/RS.

CARGO: Técnico em Contabilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conhecimentos Específicos

1. CONTABILIDADE GERAL

- 1.1 Contabilidade: conceito, objeto, objetivo, finalidade, campo de aplicação e seus usuários;
- 1.2 Patrimônio: conceito, bens, direitos, obrigações, aspectos qualitativo e quantitativo do patrimônio, e patrimônio líquido e suas variações;
- 1.3 Contas: conceito, classificação e funções das contas;
- 1.4 Atos e fatos administrativos: fatos permutativos, modificativos e mistos;
- 1.5 Escrituração: conceito, método de escrituração, lançamentos, elementos essenciais e fórmulas de lançamentos;
- 1.6 Demonstrações contábeis: conceito e principais demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa);
- 1.7 Plano de Contas: conceitos, finalidades e estrutura;
- 1.8 Princípios Fundamentais de Contabilidade (Resolução nº 750/93, do CFC).

2. ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICA

- 2.1 Contabilidade Pública: conceito, objeto, objetivo, campo de atuação e sistemas (orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação);
- 2.2 Patrimônio Público: conceito, bens públicos, inventário e as suas variações patrimoniais: aspectos patrimoniais, entidades que compõem a administração direta e indireta e contabilização;
- 2.3 Regimes Contábeis: conceito e tipos de regimes (caixa, competência e misto);
- 2.4 Orçamento Público: definição, processo de planejamento-orçamento: Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei de Orçamento Anual (LOA);
- 2.5 Princípios Orçamentários: Programação, universalidade, unidade, anualidade, equilíbrio, exclusividade, especificação, publicidade, clareza e do orçamento bruto;
- 2.6 Ciclo Orçamentário: elaboração, estudo e aprovação, execução, avaliação;
- 2.7 Créditos adicionais: conceito, classificação, autorização de abertura, vigência e indicação e especificação de recursos;
- 2.8 Receita Pública: conceito, classificação, receita orçamentária, receita extra-orçamentária, classificação econômica da receita, estágios da receita e sua escrituração, restituição e anulação de receitas e sua escrituração, dívida ativa e sua escrituração;
- 2.9 Despesa Pública: conceito, classificação, despesa orçamentária e extra-orçamentária, classificação econômica da despesa, estágios da despesa e sua escrituração;

- 2.10 Restos a pagar: conceito e escrituração contábil;
- 2.11 Dívida Pública: conceito, dívida flutuante e fundada ou consolidada;
- 2.12 Regime de adiantamento: disposições básicas;
- 2.13 Balanços: Orçamentário, Financeiro, Demonstração das variações patrimoniais, balanço Patrimonial e Demonstração do fluxo de Caixa;
- 2.14 Plano de Contas: estrutura do plano de contas, regra de codificação numérica, elenco de contas (sistema financeiro, sistema patrimonial, sistema de compensação e sistema orçamentário).
- 2.15 Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - (SIAFI): conceito, objetivo, características e funcionalidade do sistema;
- 2.16 Licitações: conceituação, modalidades, dispensa inexigibilidade, tipos de licitação, edital, anexos do edital, procedimento e julgamento, regimes ou formas de execução.

Bibliografia

ARRUDA, Daniel; ARAÚJO Inaldo Paixão. **Contabilidade Pública**. São Paulo: Saraiva 2007.

BRASIL. Constituição Federal (1988).

_____. **Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964**. Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo. Atlas, 2007.

_____. **Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e da outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9784.htm>.

_____. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993** (atualizada). Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 22 jun. 1993.

_____. **Lei nº 11638 de 28 de dez 2007**, que altera a Lei 6404-76 - Lei das S/A - <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>acesso em 20 de Nov.2009.

LICHTNOW, Rolf H. **Contabilidade e Administração Pública**. 2 ed. Pelotas: Educat, 2003.

Manual de Contabilidade Aplicada Setor Público <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/Manual_Contabilidade_Aplicada_Setor_Publico.htm> acesso em 10 nov de 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Curso Básico de Contabilidade Pública**. 2. ed. Brasília, 2006.

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) 16.1 a 16.10. <http://www.cfc.org.br/> : acesso em 28 de out 2009.

NEVES, Silvério, das **Contabilidade Básica**.12. ed. São Paulo: Frase Ltda, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; KANITZ, Stephen Charles et al. **Contabilidade Introdutória**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil**, 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - (SIAFI) <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index.asp>: acesso em 18 de Nov de 20 de Nov de 2009.

WILGES, José Ilmo. **Finanças Públicas: Orçamento e Direito Financeiro**. Porto Alegre, RS: AGE, 2006.

OBSERVAÇÃO: A bibliografia sugerida não limita nem esgota o programa. Serve apenas como orientação para as bancas elaboradoras de provas e para os candidatos.

LÍNGUA PORTUGUESA

Programa

- 1 Leitura e interpretação de texto
- 2 Semântica
 - 2.1 Sinonímia e Antonímia
 - 2.2 Homonímia e Paronímia
 - 2.3 Polissemia
 - 2.4 Denotação e Conotação
 - 2.5 Figuras de linguagem
 - 2.5.1 Metáfora
 - 2.5.2 Metonímia
 - 2.5.3 Ironia
 - 2.5.4 Eufemismo
 - 2.5.5 Antítese
 - 2.5.6 Paradoxo
- 3 Textualidade
 - 3.1 Textos literários e não-literários
 - 3.2 Níveis de linguagem
 - 3.3 Tipos de discurso
- 4 Gramática
 - 4.1 Ortografia
 - 4.2 Acentuação
 - 4.3 Pontuação
 - 4.4 Crase
 - 4.5 Verbos-modos verbais e formas nominais
 - 4.5.1 Verbos regulares
 - 4.5.2 Verbos irregulares
 - 4.5.2.1 Ser
 - 4.5.2.2 Estar
 - 4.5.2.3 Haver
 - 4.5.2.4 Fazer
 - 4.5.2.5 Pôr
 - 4.5.3 Correlação verbal
 - 4.6 Concordância nominal e verbal

Bibliografia

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 30. ed. São Paulo: Nacional, 1988.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática reflexiva**: texto, semântica e interação. São Paulo: Atual, 1999.

_____. **Português**: linguagens. São Paulo: Atual, 1999. v.1, 2 e 3.

NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. **Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1989.

SACCONI, Luiz Antônio. **Nossa gramática**. 25. ed. rev. e atual.. São Paulo: Atual, 1999.

LEGISLAÇÃO

Programa

- 1 Constituição Federal:

Administração Pública.
Servidores Públicos.
Educação.

- 2 Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
- 3 Licitações e contratos da Administração Pública.
- 4 Processo administrativo no âmbito da Administração Pública.
- 5 Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
- 6 Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Bibliografia

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988 e atualizada até a Emenda Constitucional nº 61, de 11 de novembro de 2009.

BRASIL. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (e alterações posteriores).

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (e posteriores alterações). Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitação e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (e posteriores alterações). Institui, no âmbito da União [...], nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de junho de 1999 (e posteriores alterações). Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 (e posteriores alterações). Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

MATERIAL NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa.


NILO MORAES DE CAMPOS
Diretor de Gestão de Pessoas